PDF-XChange
Click to buy NOW!
www.tracker-software.com

II. No processo administrativo tributário vige o princípio da verdade formal dos fatos, sendo limitada a produção de provas.

III. No processo administrativo tributário o ato realizado de modo diverso do previsto, ou inobservando determinada formalidade, não é válido, ainda que tenha atingido a finalidade essencial ou o resultado pretendido.

IV. No Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso do Sul deve, obrigatoriamente, atuar um representante da Procuradoria-Geral do Estado, cuja manifestação é indispensável nos processo de segunda instância, sob pena de nulidade.

V. Um dos efeitos da consulta tributária é eximir o consulente da aplicação de penalidade pecuniária e da incidência de encargos pecuniários, se o entendimento nela consubstanciado for observado e enquanto prevalecer na Administração Tributária o mesmo posicionamento.

a - Nenhuma das assertivas está correta;
b - Estão corretas somente as assertivas I, III e IV;
c - Estão incorretas somente as assertivas II e III;
d - Estão incorretas as assertivas II, III e V;
e - Todas as assertivas estão corretas.

67. A respeito das ações judiciais em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

a - A concomitância entre execução fiscal, embargada ou não, e ação ordinária que tenha por objeto a desconstituição do título executivo tributário, sob os mesmos argumentos, enseja a conexão, impondo a necessidade de reunião de processos, a fim de impedir julgamento conflitante;

b - Em mandado de segurança, a indicação errônea de autoridade coatora pelo impetrante implica no reconhecimento de ilegitimidade passiva, mesmo se as informações prestadas versarem sobre o mérito do ato atacado;

c - Pelo sistema adotado pelo Código Tributário Nacional, o titular do direito de repetição de indébito é quem tenha suportado o ônus da incidência tributária indevida, podendo ingressar com a ação correspondente no prazo de cinco anos contados da notificação da decisão administrativa denegatória da restituição;

d - São causas judiciais de suspensão da exigibilidade do crédito tributário: a concessão de liminar em mandado de segurança ou em outras espécies de ação, a decisão que defere a antecipação da tutela em favor do sujeito passivo da relação tributária, o depósito judicial do valor integral do crédito tributário e o ajuizamento da ação anulatória do crédito tributário;

e - É cabível a propositura de Ação Civil Pública em matéria tributária, que tenha por objeto a declaração abstrata de inconstitucionalidade de lei.

68. Com relação à imunidade tributária e à isenção, considere os enunciados abaixo, se são verdadeiros ou falsos, e assinale a opção correta:

I. As normas de imunidade afastam a possibilidade de tributação de determinadas pessoas ou situações específicas suficientemente caracterizadas.

II. Na linguagem do CTN a isenção exclui o crédito tributário, importando na dispensa legal do pagamento do tributo.

III. A norma jurídica de isenção pressupõe o poder de tributar e opera no plano legal.

IV. A imunidade resulta de uma regra negativa de competência tributária, uma limitação ao poder de tributar.

V. A isenção é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

a - V, V, V, V, V;
b - F, V, V, F, F;
c - V, F, F, V, V;
d - F, V, V, V, F;
e - V, V, V, V, F;

69. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta a respeito do ICMS.

a - O ICMS será sempre não-cumulativo e seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

b - A isenção ou a não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou operações seguintes;

c - Incidirá ICMS sobre o valor da operação correspondente ao fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios;

d - Cabe à lei ordinária dispor sobre substituição tributária e disciplinar o regime de compensação do imposto;

e - As alíquotas do ICMS são definidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, de modo uniforme em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto.

70. Ainda sobre o ICMS, assinale a alternativa correta, considerando as disposições constitucionais, bem como as contidas na Lei Complementar nº 87/96.

PDF-XChange Click to buy NOW! www.tracker-software.com

contribuinte sujeito à substituição tributária não será assegurado o direito à restituição do valor do imposto pago em caso de inocorrência do fato gerador presumido;

b - O sujeito passivo do ICMS deverá efetuar o estorno de crédito sempre que o serviço tomado, ou a mercadoria que entrou em seu estabelecimento, vier a ser utilizado em fim alheio à atividade do estabelecimento;

c - Nas operações que destinem bens a consumidor final localizado em outro Estado da Federação, será adotada a alíquota interna, quando o destinatário for contribuinte do ICMS;

d - O ICMS incide sobre a entrada de mercadoria importada, por pessoa física ou jurídica, contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

e - À exceção dos produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, não incidirá ICMS nas operações de exportação de mercadorias.

71. Em relação ao ITCD e ao IPVA, é incorreto afirmar que:

a - Na participação das receitas tributárias a Constituição Federal assegura aos Municípios, cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA licenciados em seus territórios;

b - Em razão do princípio da igualdade tributária o IPVA não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização;

c - Segundo a jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal o campo de incidência do IPVA não inclui embarcações e aeronaves;

d - É devido o ITCD na desigualdade de valores da partilha decorrente de inventário, arrolamento, separação ou divórcio, por ser considerada a parte excedente como transmissão graciosa;

e - A incidência do ITCD alcança a doação a título de adiantamento da legítima.

72. Assinale a alternativa correta:

a - Compete exclusivamente à Procuradoria-Geral do Estado, a fiscalização, judicial e extrajudicial, de todos os atos relativos ao ITCD;

b - Compete exclusivamente ao Procurador do Estado a fiscalização dos atos praticados no inventário, arrolamento, separação, divórcio e casos que envolvam a desigualdade dos valores da partilha;

c - Antes da partilha a Procuradoria-Geral do Estado não poderá requerer ao juiz a separação de bens suficientes para pagamento dos tributos estaduais devidos pelo espólio;

d - Antes da expedição dos formais de partilha, cartas de adjudicação, bem como dos alvarás, à Procuradoria-Geral do Estado incumbe a verificação do regular pagamento somente com relação ao ITCD;

e - A falta ou inexatidão de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do ITCD, com evidente intuito de sonegação, sujeita apenas o contribuinte à multa pecuniária prevista na legislação.

PDF-XChange Click to buy NOW! www.tracker-software.com

73. Assinale a alternativa incorreta. A competência tributária do Estado de Mato Grosso do Sul compreende:

a - A taxa judiciária sobre a propositura de ação judicial, nas execuções de sentença e nas reclamações trabalhistas propostas perante os juízes estaduais;

b - A contribuição cobrada dos servidores estaduais para o custeio, em benefício destes, do sistema de previdência social;

c - O imposto sobre operações relativas a prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação iniciadas no exterior;

d - O imposto sobre a transmissão 'causa mortis' e doação de quaisquer bens ou direitos;

e - O imposto sobre a propriedade de veículos automotores;

74. A partir da situação hipotética exposta a seguir, assinale a alternativa correta, a respeito da atuação da Procuradoria-Geral do Estado.

Determinado sujeito passivo de relação jurídica tributária, em virtude de não ter cumprido suas obrigações legais, foi submetido a procedimento de fiscalização, que resultou na lavratura de auto de infração, sem impugnação na esfera administrativa. Posteriormente à notificação final do contribuinte, a autoridade administrativa encaminhou o processo à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em dívida ativa.

Depois de finalizada a inscrição em dívida ativa e ajuizada a ação de execução fiscal, o Procurador do Estado competente constatou que o sujeito passivo estava dilapidando seu patrimônio, bem como que o valor do débito ultrapassava em 30% o valor do seu patrimônio conhecido.

a - A inscrição em dívida ativa, no caso, iniciou-se com a lavratura do auto de infração;

b - A inscrição em dívida ativa, de competência da Procuradoria-Geral do Estado, é exercitável exclusivamente em relação aos créditos tributários;

c - No caso, ao sujeito passivo não será permitida a discussão judicial do crédito tributário, pois, a inscrição em dívida ativa gera presunção absoluta de liquidez e certeza do crédito tributário;

d - No caso, diante dos fatos constatados pelo Procurador do Estado, pode-se concluir que é cabível o ajuizamento de ação cautelar fiscal, podendo a indisponibilidade recair sobre bens de quaisquer pessoas que tenham poderes para fazer a empresa cumprir suas obrigações fiscais ao tempo do fato gerador ou do inadimplemento da obrigação fiscal;

e - Diante de uma causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, cessará a eficácia da medida cautelar fiscal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75. Quanto aos recursos repetitivos é correto afirmar

PDF-XChange Click to buy NOW! www.tracker-software.com

criado procedimento por lei a ser aplicado na hipótese de multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito e de fato, sendo que o Presidente do Tribunal de origem deve admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal, ficando suspensos os demais recursos especiais e extraordinários até o pronunciamento dos Tribunais Superiores;
b - O procedimento de multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito só se aplica ao recurso extraordinário;
c - A identificação do recurso especial representativo da controvérsia é de competência exclusiva do Presidente do Tribunal de origem;
d - É defeso ao relator solicitar informações aos Tribunais Federais ou Estaduais a respeito da controvérsia, assim como admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia;
e - O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça, considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

76. De acordo com as normas processuais relativas ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta:
a - Provido o agravo de decisão liminar em mandado de segurança o pedido de suspensão não poderá ser formulado, tampouco renovado;
b - Não cabe efeito suspensivo a recurso interposto contra decisão concessiva de mandado de segurança que importe em outorga ou adição de vencimento a servidores públicos;
c - Independe do trânsito em julgado a execução dos mandados de segurança que impliquem em equiparação de servidores públicos;
d - Só os mandados de segurança que visam aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos têm sua execução condicionada ao trânsito em julgado;
e - Nenhuma das alternativas afiguram-se corretas.

77. Assinale a alternativa correta:
a - A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa de interesses e direitos de seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão julgador;
b - A sentença fará coisa julgada 'erga omnes', exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova;
c - As ações coletivas de interesses transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstância de fato, não induzem litispendência para as ações individuais;

d - A coisa julgada 'erga omnes' ou 'ultra partes' não beneficiará os autores das ações individuais se não for requerida a sua suspensão no prazo de 30 dias a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva;
e - Todas as alternativas são corretas.

78. Assinale a alternativa falsa:
a - Preclusão consumativa ocorre quando o ato que se deveria praticar o é no prazo legal, não podendo ser, portanto, repetido;
b - Preclusão lógica não depende do fator tempo no processo, mas é resultado da prática de ato, incompatível com aquele que se deveria realizar no prazo processual respectivo;
c - Preclusão 'pro judicato', entendida como ônus processual das partes, é o mesmo que preclusão consumativa;
d - Preclusão temporal é aquela que decorre do simples descumprimento do prazo para prática de determinado ato processual;
e - A preclusão temporal é ônus processual das partes, não se aplicando ao juiz, já que ele não sofre nenhuma consequência processual pelo descumprimento dos prazos que lhe são impostos.

79. Assinale a alternativa correta:
a - Confundem-se com a coisa julgada a justiça da decisão, a eficácia preclusiva da coisa julgada e o princípio do dedutível e do deduzido;
b - Ocorre a eficácia preclusiva da coisa julgada com relação à matéria que se deixa de deduzir como argumento da inicial ou da contestação, podendo, no entanto, o pedido ser renovado através de outra causa de pedir;
c - Segundo o princípio do dedutível e do deduzido não se infere que o pedido possa ser renovado com base em outra causa de pedir;
d - Todas as alternativas são corretas;
e - Todas as alternativas são falsas.

80. Assinale a alternativa falsa:
a - Defesa heterotópica vem sendo conceituada pela doutrina como aquela que é oferecida fora do processo de execução, mediante, por exemplo, ação declaratória ou constitutiva;
b - A tutela monitória, nos termos da legislação em vigor, tem caráter executivo;
c - O princípio da legalidade estrita e o da realidade aplicam-se à execução civil;
d - Pela nova sistemática da execução não se aboliu de forma plena o efeito suspensivo da defesa do executado;
e - O cumprimento de sentença foi concebido como uma fase complementar do processo de conhecimento.

81. Assinale qual a alternativa que não guarda correlação com enunciado sumular do Supremo Tribunal Federal:

PDF-XChange Click to buy NOW! www.tracker-software.com

A competência para a ação rescisória não é do Supremo Tribunal Federal quando a questão federal, apreciada no recurso extraordinário ou no agravo de instrumento, seja diversa da que foi suscitada no pedido rescisório;
b - Não se admite ação rescisória contra ação transitada em julgado se não tiverem sido esgotados todos os recursos;
c - Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida;
d - Verifica-se a prescrição intercorrente pela paralisação da ação rescisória por mais de cinco anos;
e - Na ação rescisória não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.

82. Assinale a alternativa que não guarda correlação com enunciado sumular do Superior Tribunal de Justiça:
a - É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no Tribunal de origem;
b - A remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, inclusive dos honorários de advogado;
c - Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca;
d - Formulado pedido certo e determinado tem o réu interesse recursal em argüir o vício da sentença ilíquida;
e - Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência.

83. Assinale a alternativa falsa:
a - O juízo de retratação é cabível no sistema recursal em vigor, aplicando-se apenas ao agravo de instrumento;
b - O juízo de retratação é permitido na hipótese de indeferimento da petição inicial;
c - O juízo de retratação é permitido no recebimento da apelação que julgou 'in limine' ação improcedente, por se tratar de matéria de direito repetitiva;
d - Tem efeito suspensivo a apelação interposta contra sentença que confirma o pedido de concessão de tutela antecipada;
e - De acordo com a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça quando a tutela antecipada é concedida na sentença, aquela não deverá ser impugnada mediante agravo de instrumento.

84. Analise as proposições abaixo e marque a assertiva correta a seguir:

I. Para fim de garantir o conhecimento de recursos perante o Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal admite-se a oposição de embargos declaratórios objetivando tão-só o prequestionamento da matéria no Tribunal Estadual de origem.

II. A sentença de mérito transitada em julgado pode ser rescindida quando violar literal disposição de lei superveniente.

III. Quando a sentença ou o acórdão for desfavorável à Fazenda Pública a propositura por esta última de ação rescisória suspende o cumprimento da sentença ou do acórdão rescindendo.

IV. Pode-se dizer que ocorre efeito repristinatório tácito quando concedida a medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade, pois, a menos que haja ressalva expressa, voltará a ser aplicável a legislação anterior, caso existente.

a - Somente a assertiva IV está correta;
b - Está incorreta apenas a assertiva I;
c - Estão incorretas apenas as assertivas I e a II;
d - Somente a assertiva II está incorreta;
e - Todas estão incorretas.

85. Assinale C para certo e E para errado e escolha a alternativa correta:

I. Ao juízo é lícito declarar 'ex officio' a extinção do processo sem resolução do mérito, por abandono do autor, quando o réu ainda não tenha sido citado.

II. Nos inventários e demais processos de jurisdição voluntária cabe ao juiz, de ofício, extinguir o processo sem resolução do mérito, por abandono do inventariante, após notificá-lo pessoalmente.

III. Segundo o Código de Processo Civil a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.

IV. A superveniência de sentença julgando a causa no processo não impõe a perda do objeto do recurso relativo a medida antecipatória concedida que esteja tramitando no Tribunal de Justiça Estadual ou no Superior Tribunal de Justiça.

V. A execução provisória da sentença constitui desobediência a anterior decisão do Tribunal que indeferira a liminar.

a - E, C, C, C, E;
b - C, C, C, C, E;
c - C, E, C, E, E;

PDF-XChange
Click to buy NOW!
www.tracker-software.com

d - E, E, E, E, C;
e - C, E, C, C, C.

86. Sobre recursos marque a assertiva correta:
a - Se for possível identificar a repercussão geral implícita no recurso extraordinário, mesmo que não conste de preliminar destacada em tópico, ele poderá ser conhecido;
b - Se o recurso extraordinário versar sobre duas ou mais questões constitucionais e apenas uma delas tiver reconhecida a repercussão geral, apenas esta será analisada, ficando impedido o conhecimento e julgamento das demais;
c - O relator pode aplicar novo julgamento monocrático ao julgar agravo interposto contra a sua decisão que nega seguimento a recurso manifestamente inadmissível ou improcedente, sendo desnecessário o encaminhamento ao órgão colegiado;
d - Conforme disposto no parágrafo segundo do art. 555 do CPC, não se considerando habilitado a proferir imediatamente seu voto, a qualquer juiz é facultado pedir vista do processo, devendo devolvê-lo no prazo de quinze dias, contados da data em que o recebeu;
e - Se o recurso extraordinário impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal o relator poderá lhe atribuir repercussão geral e dar provimento de plano ao recurso.

87. Assinale C para certa e E para errada e escolha a alternativa correta:

I. Se as partes deixam fluir 'in albis' o prazo para recorrer da sentença prolatada contra a Fazenda Pública nas causas de valor certo superior a sessenta salários mínimos que não contrariem súmula ou jurisprudência do plenário do STF e do STJ ainda assim se opera apenas a coisa julgada formal na primeira instância.

II. Conforme regras processuais e da legislação ordinária estadual, em ação de indenização por dano moral pelo rito ordinário, em trâmite na Vara Especializada, julgada desfavorável a Fazenda Pública, o prazo para opor recurso contra a sentença conta-se em dobro a partir da retirada dos autos em carga pelo Procurador do Estado e não da publicação da sentença na imprensa oficial.

III. Se em embargos a execução o embargante alega defeito na citação e tem seu argumento rejeitado, fazendo a sentença coisa julgada material, a mesma tese com os mesmos fundamentos não pode ser reproduzida em ação rescisória ou na ação anulatória prevista no art. 486 do CPC.

IV. É rescindível a sentença proferida por juiz absolutamente incompetente mesmo que a incompetência não tenha sido alegada pela parte interessada na ação principal originária

V. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no Juízo já houver sido proferida sentença de procedência ou improcedência em outros casos idênticos poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

a - E, C, C, E, E;
b - E, C, E, C, C;
c - C, C, C, E, E;
d - C, E, C, C, E;
e - C, C, C, E, C.

88. Analise as proposições abaixo e marque a incorreta:
a - Além do pedido de reconsideração não há recurso expressamente autorizado na lei contra decisão monocrática do relator que converte agravo de instrumento em agravo retido, embora os doutrinadores consignem admissibilidade do mandado de segurança e até mesmo do recurso especial;
b - A doutrina e jurisprudência admitem que a 'querela nullitatis insanabilis' decorrente de vício de citação pode ser agitada em ação declaratória de nulidade bem como em ação rescisória;
c - A fim de se evitar insegurança jurídica, nas sentenças objetivamente complexas o 'dies a quo' para contagem do prazo para ajuizamento da ação rescisória deve ser a data do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, afastando-se a tese de coisa julgada parcial;
d - A Constituição Federal atribui ao Superior Tribunal de Justiça a função de julgar, mediante recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal;
e - Pode-se cumular vários pedidos num único processo desde que entre eles haja conexão, compatibilidade, idêntico procedimento e que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo.

89. Marque a assertiva correta, considerando C para certa e E para errada:

I. O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposição de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

II. É competente o foro do lugar onde ocorreu o óbito, se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em lugares diferentes.

III. Admite-se a homologação de sentença estrangeira que em processo relativo à sucessão 'causa mortis' dispõe sobre bem imóvel situado no Brasil.

PDF-XChange Click to buy NOW! www.tracker-software.com

IV. Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de acidente de veículo movidas pela Fazenda Pública Estadual será competente o foro do local do fato, do domicílio do réu ou da capital do Estado.

V. A competência em razão do valor e da matéria, poderá modificar-se pela conexão ou continência, reputando-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir e se operando a continência sempre que houver identidade quanto as partes e a causa de pedir mas o objeto mais amplo de uma ação abranger o das outras.

a - E, C, E, C, E;
b - C, C, E, C, E;
c - C, E, C, C, E;
d - Todas as assertivas estão certas;
e - Apenas a assertiva III está errada.

90. Indique a alternativa correta considerando a seqüência C para certa e E para errada:

I. Como exceção ao princípio da singularidade, se um mesmo acórdão comportar discussão de matéria constitucional e infra-constitucional, há necessidade de interposição simultânea do recurso especial e do recurso extraordinário, sob pena de o primeiro não ser admitido.

II. Se durante a audiência de instrução e julgamento o juiz rejeita a contradita da testemunha e indefere a oitiva de outra e, ao final, profere sentença de mérito, a parte interessada deverá manejar um único recurso, de apelação, em atenção ao princípio da unicidade recursal.

III. Admite-se a complementação e aditamento das razões recursais, se ainda não transcorreu o prazo legal, segundo a sistemática do Código de Processo Civil vigente, com as recentes alterações no ano de 2006.

IV. Se a parte interessada ao interpor recurso de apelação deixar de suscitar matéria de carência de ação não poderá o Tribunal de Justiça pronunciar de ofício essa matéria em seu favor, sob pena de ofensa ao princípio da proibição da 'reformatio in pejus'.

V. Consoante pacificado entendimento doutrinário e jurisprudencial o recurso cabível em relação a decisão que julga a exceção de incompetência é a apelação.

a - C, E, C, E, E;

PDF-XChange Click to buy NOW! www.tracker-software.com

b - C, E, E, E, E;
c - E, E, C, E, C;
d - E, C, C, C, E;
e - C, C, C, E, C.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

91. Acerca do regime de trabalho realizado em escala de 12x36 horas de empregado público responsável pela guarda de menores em unidades de tratamento, estabelecido em decreto estadual, sem a celebração de acordo ou convenção coletiva, responda:
a - Não é válido, porém estabelece em prol do empregado direito ao adicional de horas extras, face à não concessão de intervalo intra-jornada;
b - Não é válido, porém estabelece em prol do empregado público direito ao adicional de horas extras, em decorrência da não-concessão de intervalo entre as jornadas de trabalho;
c - Não é válido, porém, estabelece em prol do empregado público indenização por duração do trabalho superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;
d - É sustentável sua instituição, não obstante a ausência de acordo ou convenção coletiva, porquanto mais benéfico do que a jornada de oito horas diárias, pois o empregado público pode usufruir de mais descansos semanais;
e - Não é válido, porquanto imprescindível a realização de acordo ou convenção coletiva, para a criação de jornada de 12x36, gerando para o empregado público direito ao recebimento de adicional de horas extras, adicional noturno e indenização por duração do trabalho superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

92. Sobre o aviso prévio:
a - Só é devido ao empregado público, se houver previsão estatutária;
b - Só é devido ao empregado público, se houver acordo ou convenção coletiva;
c - Pressupõe contrato por prazo determinado e inexistência de justa causa;
d - Em virtude do poder de direção é prerrogativa do empregador a dispensa de seu cumprimento;
e - Não é devido ao empregado público, em hipótese alguma.

93. O art. 483, caput da CLT estabelece em favor do empregado a prerrogativa de "considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização", quando no exercício de seu ofício, houver exigências descabidas ou superiores às suas condições. Tal prerrogativa se caracteriza, então, como sendo:
a - Pressuposto para o exercício do direito de greve;
b - Direito de resistência;
c - Efetivo exercício do direito de greve;
d - Pressuposto para o 'jus variandi' contratual;
e - Motivo ensejador de realização de negociação coletiva.

PDF-XChange
Click to buy NOW!
www.tracker-software.com

. O direito à desconexão do trabalho, com relação ao empregado público, significa:
a - Direito ao lazer;
b - Direito à proteção contra a automação;
c - Direito ao uso razoável da tecnologia e da informática;
d - Direito ao meio ambiente sadio do trabalho;
e - Direito ao não-trabalho.

95. Considera-se alteração subjetiva do contrato de trabalho:
a - A sucessão do empregador;
b - A contratação do empregado;
c - A promoção do empregado;
d - A contratação do empregado e a sucessão do empregador;
e - O cometimento de nova tarefa ao empregado.

96. De que maneira se evidencia o princípio do 'pacta sunt servanda' no contrato de trabalho?
a - Através da manutenção do salário pactuado;
b - Através da impossibilidade de terceirização das atividades-meio da empresa;
c - Mantendo-se a intangibilidade contratual quando da sucessão do empregador;
d - Garantindo-se o empregado contra o exercício arbitrário do poder de direção;
e - Mantendo-se a irredutibilidade da remuneração do empregado.

97. A respeito da competência da Justiça do Trabalho assinale a afirmativa incorreta:
a - A Justiça do Trabalho não tem competência para anular acordo coletivo de servidor público regido por estatuto próprio;
b - Compete à Justiça do Trabalho julgar a ação civil pública que tenha como causa de pedir disposição trabalhista e pedidos voltados à preservação do meio ambiente do trabalho;
c - A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integram o salário-de-contribuição;
d - No processo trabalhista, a competência em razão do lugar é estabelecida, em regra, pelo lugar da prestação do serviço;
e - Nos domínios do processo do trabalho não é facultado às partes da relação empregatícia incluir cláusula prevendo foro de eleição.

98. São prerrogativas da Fazenda Pública quando submetidas à jurisdição trabalhista:
a - O prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer;
b - A Fazenda Pública quando submetida a jurisdição trabalhista, não possui qualquer prerrogativa, ante o caráter geral das regras celetistas;

PDF-XChange
Click to buy NOW!
www.tracker-software.com

c - A obrigatoriedade de fazer-se representar em juízo por preposto servidor público;
d - O prazo em quádruplo para a designação da data da audiência inaugural e o prazo em dobro para recorrer;
e - O prazo em dobro para oferecimento de contra-razões de recursos ordinário e de revista.

99. De acordo com orientação jurisprudencial é imprescindível à propositura de ação rescisória perante a Justiça do Trabalho:
a - O ato de nomeação e o termo de posse do Procurador do Estado;
b - A cópia da sentença rescindenda e da certidão de sua intimação pelas partes;
c - A cópia do acórdão rescindendo e das razões e contra-razões de recurso ordinário;
d - A cópia de acórdãos paradigmas do TST;
e - A cópia da decisão rescindenda e da certidão de seu trânsito em julgado.

100. Considerando as súmulas do TST, assinale a afirmativa incorreta:
a - A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença;
b - Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário;
c - Não ensejam o conhecimento de revista ou de embargos decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Pleno.
d - A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo;
e - A intervenção assistencial, simples ou adesiva, só é admissível se demonstrado o interesse jurídico e não o meramente econômico.